



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE SAÚDE E TECNOLOGIA RURAL
UNIDADE ACADÊMICA DE ENGENHARIA FLORESTAL
CAMPUS DE PATOS**

THIAGO FERNANDES DE MEDEIROS

**PERCEPÇÃO SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS
PRÉ-CONCLUINTE E PROFESSORES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DAS
FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS**

Patos – Paraíba – Brasil

2013

THIAGO FERNANDES DE MEDEIROS

**PERCEPÇÃO SOBRE O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE ALUNOS
PRÉ-CONCLUÍNTES E PROFESSORES DOS CURSOS DE LICENCIATURA DAS
FACULDADES INTEGRADAS DE PATOS**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Patos/PB, como parte dos requisitos para conclusão de curso.

Orientador: Profa. Alana Candeia de Mélo

Patos – Paraíba – Brasil

2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CSTR

M488p Medeiros, Thiago Fernandes de
 Percepção sobre o ensino da educação ambiental de alunos pré-
 concluintes e professores dos cursos de licenciatura das faculdades
 integradas de Patos/ Thiago Fernandes de Medeiros. – Patos, 2013.
 42f.: il. color.

 Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Florestal) - Universidade
 Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural.

 “Orientação: Profa. MSc. Alana Candeia de Melo”
 Referências.

 1. Educação. 2. Ensino Superior. 3. Meio ambiente.
 I. Título.

CDU 574:37

THIAGO FERNANDES DE MEDEIROS

Monografia aprovada como parte das exigências para a obtenção do Grau de
Engenheiro Florestal pela Comissão Examinadora composta por:

APROVADO em: __/__/__

Prof^a. MSc. Alana Candeia de Melo
Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dra. Ivonete Alves Bakke
1^a Examinadora
Universidade Federal de Campina Grande

Prof^a Dra. Joedla Rodrigues de Lima
2^a Examinadora
Universidade Federal de Campina Grande

Dedico

Aos meus pais

José Naldo e Maria Lúcia

A minha irmã

Josiane Fernandes

Ao meu sobrinho

André Fernandes

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, pelo dom de minha vida, e por Ele ter me dado discernimento nessa caminhada acadêmica.

Aos meus amados pais, **José Naldo e Maria Lúcia**, muito obrigada por acreditarem em mim, e por não terem medido esforços para me ajudarem nessa conquista, a confiança, o carinho e amor que vocês me dedicaram foram fundamentais para realização desse trabalho.

A minha irmã Josiane, obrigado pelo carinho e apoio nessa jornada.

A toda minha família, Vovô Saturnino e Vovó Lora (in memória), Vovô Quinca (in memória) e Vovó Cirene (in memória), tios, primos, sobrinho e cunhado muito obrigada por tudo, não vou citar nomes pra não correr o risco de esquecer algum de vocês.

Aos amigos do curso, que juntos fizemos história, e hoje carregamos parte de cada um em nossas vidas, foram muitos momentos partilhados, alegria, farra, tristeza, lutamos até o fim com determinação força e coragem, e hoje comemoramos essa vitória.

Aos meus amigos de todo sempre, que estiveram sempre comigo acreditando em mim, me dando força, me ouvindo, me fazendo sorrir, me ajudando a tocar a vida em frente.

A Comunidade Católica Shalom, aos meus irmãos de grupo de oração, pastores do grupo e meus acompanhadores pessoal, por me colocar mais perto de Deus, e assim me ajudarem a ser firme na fé e ter força para combater nas lutas diárias.

À Universidade Federal de Campina Grande por ter me proporcionado esta importante etapa na minha vida.

A minha orientadora o Professora Alana Candeia pela confiança, paciência, compreensão, conhecimentos repassados e pela amizade, o meu muito obrigado.

As coordenadoras, aos Professores e Alunos dos cursos de Licenciatura Plena em Letras, História, Geografia e Pedagogia, das FIP, pela colaboração e participação nesse trabalho.

A todos os professores da UAEF, por todos os ensinamentos, compreensão e toda amizade construída, vocês foram essenciais.

Aos membros da banca examinadora pela participação e contribuições.

A todos o meu muito obrigado!

MEDEIROS, Thiago Fernandes . **Percepção sobre o ensino da educação ambiental de alunos pré-concluintes e professores dos cursos de licenciatura das Faculdades Integradas de Patos**, 2013. Monografia (Graduação em Engenharia Florestal) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Patos - PB, 2013. 42 f.

RESUMO

Este trabalho tem como título a Percepção sobre o ensino da educação ambiental de alunos pré-concluintes e professores dos cursos de licenciatura das Faculdades Integradas de Patos (FIP). A análise foi realizada com estudantes de quatro cursos de Licenciatura – História, Geografia, Letras e Pedagogia - das Faculdades Integradas de Patos, instituição de ensino superior, sediada em Patos – Paraíba. Foram envolvidos na pesquisa 11 professores num universo de diferentes áreas de atuação. A investigação teve ainda, no segmento discente, uma amostra de 27 estudantes. O objetivo foi identificar a percepção sobre a educação ambiental formal de alunos pré-concluintes e professores das Licenciaturas nos referidos cursos, bem como observar o conhecimento desses alunos sobre educação ambiental e identificar se a instituição formadora de professores está preparando adequadamente os futuros profissionais. Para a obtenção dos dados foram aplicados questionários que continham questões abertas e fechadas. Mesmo sendo um requisito legal e normativo a inserção da educação ambiental, as respostas de ambos os segmentos evidenciaram a fragilidades da abordagem do tema, fato que deriva para a preocupação com o meio ambiente, visto que se constata que os futuros professores não estão sendo preparados adequadamente para atuar na educação básica.

Palavras chave: Educação. Ensino Superior. Preparação. Meio Ambiente.

MEDEIROS, Thiago Fernandes **Perception on the teaching of environmental education of students pre-graduates and teachers of undergraduate courses on Faculdades Integradas de Patos (FIP)**, 2013. Monograph (Graduation in Forestry) – Federal University of Campina Grande, Centro de Saúde e Tecnologia Rural, CSTR (Rural Health and Technology Center), Patos - PB, 2013. 42 f.

ABSTRACT

This work has the titled Perception on the teaching of environmental education of students pre-graduates and teachers of undergraduate courses of Faculdades Integradas de Patos (FIP). The analysis was with students from four apprentice courses - History, Geography, Literature and Pedagogy – of the FIP, higher education institution, located in Patos - Paraíba. Were involved in the study, 11 teachers in a universe of different areas. The research has also student segment, a trial of 27 students. The purpose was to identify the perceptions of environmental education in formal pre-graduating students and teachers in these apprentice courses, as well as observing the knowledge these students on environmental education and identify the teacher training institution is adequately preparing future professionals. To obtain the facts were questionnaires containing open and closed questions. In the face of being a legal requirement and normative insertion of environmental education, the responses of both segments showed the weaknesses of the approach to the subject, a fact that comes to concern for the environment, since it goes out that future teachers are not being prepared to act adequately in basic education.

Key words: Education. Higher Education. Preparation. Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Vista por satélite das Faculdades Integradas de Patos.	23
□		
Figura 2	Percepção ambiental dos alunos pré-concluintes em licenciatura das FIP.	27
□		
Figura 3	Identificação de Projetos, e participação da faculdade em EA.	28
□		
Figura 4	Contemplação de/em disciplina(as) e Ligação do curso com EA.	29
□		
Figura 5	Percepção da responsabilidade de problemas socioambientais.	30
□		
Figura 6	Percepção dos professores quanto a instrumentos legais, e preparação dos formandos e de profissionais a trabalhar EA na educação básica	33
□		
Figura 7	Percepção de como é trabalhado a EA na faculdade	34
□		
Figura 8	Percepção de como os cursos de Formação de Professores devem trabalhar a Educação Ambiental e preparar os profissionais que irão atuar na educação básica	34
□		

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A relação homem e natureza.....	13
2.2 O papel da EA como alternativa para minimizar as questões ambientais	15
2.3 Percepção Ambiental	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 Área de estudo	22
3.2 Caracterização da amostra.....	23
3.3 Procedimento da Pesquisa	24
3.4 Levantamento Bibliográfico	24
3.5 Obtenção dos dados em campo	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	26
4.1 Avaliação da percepção dos alunos	26
4.2 Avaliação da percepção dos professores.....	31
5 CONCLUSÕES	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES.....	41

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a preocupação com o meio ambiente e com problemas ambientais vem crescendo. O aumento do interesse da população é de fato perceptível, devido aos efeitos visíveis na natureza que, em geral, atinge a sociedade de forma direta ou indireta, fazendo com que haja o despertar por essas questões. Os impactos causados ao meio ambiente derivam das ações que o homem desenvolve porque, na sua visão utilitarista e imediatista, esquece que a natureza, dependendo do nível e intensidade da exploração, pode começar a dar respostas que tornará insustentável a vida do homem, mesmo que seja numa escala temporal longa.

Em meados do século XX, com a intensificação do crescimento populacional e econômico, e o aumento de problemas ambientais o livro *Primavera Silenciosa*, da americana Rachel Carson (1962), veio despertar sobre esses problemas e levantar questionamentos sobre a poluição que até hoje é visto como o principal problema ambiental.

Segundo Dias (2009, p.11).

Durante os últimos 200 anos é que se agravou o problema ambiental na Terra, com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem na natureza. Essa situação é facilmente verificável pela evolução do quadro de contaminação do ar, da água e do solo em todo mundo e pelo número crescente em desastres ambientais.

Nas últimas décadas, o cenário mundial aponta para uma situação preocupante no que se refere às questões ambientais e, emerge em decorrência disso, a preocupação com a consciência ambiental como uma das formas de se refrear o processo de degradação que assola o Planeta Terra. Em meio aos problemas socioambientais que tomam importância sem paralelo na humanidade, a inserção da Educação Ambiental em todos os meios, mas principalmente no meio formal (escola) se impõe a cada dia.

Com o crescente número de cursos superiores espalhados por todo o país e necessidade de soluções para a melhoria da qualidade de vida da população, gera-se a expectativa de profissionais responsáveis e capacitados para questões

socioambientais, e que procurem inserir em seu perfil profissional, a preocupação com o desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, esse profissional deve trabalhar a educação ambiental além dos conteúdos programáticos, inserindo no cotidiano a temática “Meio Ambiente” em todo o currículo escolar promovendo assim a transversalidade, alertando para a necessidade de atender e agir sobre a questão ambiental.

Para Berna (2001, p. 18), o ensino sobre Meio Ambiente deve contribuir principalmente para o exercício da cidadania, estimulando a ação transformadora, além de buscar aprofundar os conhecimentos sobre as questões ambientais de melhores tecnologias, estimular a mudança de comportamento e a construção de novos valores éticos, menos antropocêntricos.

A Educação Ambiental é essencial na vida da sociedade porque ela aborda as questões do meio ambiente, inserindo o homem como parte, e agregando a ele os principais desafios para uma vida sustentável. A qualidade de vida do homem depende do equilíbrio socioambiental que exige a sociedade moderna, mudanças de hábitos em seu cotidiano e os profissionais que estão sendo inseridos no mercado a terem um olhar voltado para esse desafio.

Essa abordagem é essencial, principalmente quando se refere à educação formal, para identificarmos a percepção dos futuros professores e como estarão se posicionando em relação a Educação Ambiental, visto que esses profissionais terão papel importante na formação de gerações futuras com senso crítico sistêmico, incluindo os problemas ambientais.

Sabe-se que a implantação da Educação Ambiental na educação formal está fundamentada em alguns instrumentos legais, a exemplo da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (BRASIL, 2012), dentre outros. Para correlacionar o nível em que se encontra a Educação Ambiental, na educação formal com a formação dos professores, justifica-se a realização deste estudo para elucidar se os cursos superiores, objeto deste estudo, estão preparados em formar profissionais aptos para atuarem nessa área.

Além das bases legais, a realização do trabalho “Percepção sobre o ensino da educação ambiental de alunos pré-concluintes e professores dos cursos de licenciatura das Faculdades Integradas de Patos” teve como pressuposto, o pensamento de Tozoni-Reis (2008) de que a inserção da Educação Ambiental na

escola não significa transformá-la numa disciplina de conteúdos formais a serem transmitidos mecânica e a-criticamente aos educandos. A escola, para cumprir sua função social de acesso aos educandos aos conhecimentos historicamente produzidos, precisa garantir condições concretas – através de ações educativas instigantes e inovadoras – para que esses conhecimentos sejam por eles apropriados.

Com fulcro nos fundamentos para a realização deste trabalho, o mesmo tem o objetivo de identificar a percepção sobre a educação ambiental formal de alunos pré-concluintes das Licenciaturas em Letras, Pedagogia, História e Geografia e dos professores dos respectivos cursos das Faculdades Integradas de Patos – PB, bem como observar o conhecimento desses alunos sobre Educação Ambiental e identificar se a instituição formadora de professores está preparando adequadamente os futuros profissionais avaliando como é vivenciada a Educação Ambiental em sala de aula e o entendimento dos alunos nessa área, a ligação entre o seu curso e a Educação Ambiental, e ainda a visão dos professores ao tratamento da Educação Ambiental nos cursos mencionados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A relação homem e natureza

Dentre todas as espécies, o ser humano é a que apresenta a maior capacidade de adaptação ao ambiente natural, seja no deserto mais causticante, ou no frio dos polos (DIAS, 2009, p. 1). Essa fácil adaptação do homem possibilitou o desenvolvimento das sociedades.

Segundo Dias (2009, p. 3).

Durante milhares de anos, esse processo de intensificação da capacidade humana de intervir no ambiente natural foi se desenvolvendo de forma gradativa e cumulativa, mas durante muito tempo as modificações provocadas, aparentemente, não foram significativas se comparadas às dos dias atuais. Até que há aproximadamente entre 8.000 e 10.000 anos houve uma primeira grande revolução científico-tecnológica que provocou enormes impactos no ambiente natural devido ao aumento da capacidade produtiva humana.

A necessidade de atendimento da população humana em locais específicos – aldeias, vilas, cidades, aumentou a ocupação de espaços naturais, para essa ocasião surgiram novos anseios que somente poderiam ser atendidos em detrimento do mundo natural (DIAS, 2009).

Na concepção de Tozoni-Reis (2008 p. 28),

Só 'uma nova ética', pode colocar o homem 'como parte integrante da natureza, não como um elemento como os outros', mas também não como dominador, mas numa 'relação dialética' com a natureza. Diante de tudo isso, podemos afirmar que nessa abordagem a relação, não mais homem-natureza, mas sociedade-natureza, pressupõe o *sujeito social*.

Segundo Carvalho (2001) citado por Loureiro (2003 p. 37-38),

O modo como se realiza a educação e as diferentes compreensões da relação sociedade-natureza, inerentes ao paradigma ecológico, não nos permitem definir uma única educação ambiental, mas uma miríade complexa constituída por sujeitos ecológicos distintos, com visões paradigmáticas de natureza e sociedade, numa rede de interesses e interpretações em permanente conflito e diálogo.

Loureiro e Layargues (2000) citados por Loureiro (2003 p. 39) afirmam que “no acompanhamento de projetos em todo o país, observamos que uma das maiores incongruências existentes no modelo de educação ambiental predominante reside no entendimento dicotômico da categoria sociedade-natureza”. Para ratificar a incongruência dos projetos por eles estudados, os autores pontuam os tipos de abordagens encontradas:

- a) **naturalismo**, em que os problemas são abordados como se o contexto histórico não os situassem;
- b) **tecnicismo**, em que as soluções técnicas e de manejo dos recursos naturais são apontados como capazes de resolver os dilemas atuais subdimensionando os aspectos políticos, econômicos e ideológicos que contextualizam as opções tecnológicas e seus desdobramentos sociais; e
- c) **romantismo ingênuo**, defendido por aqueles que buscam o que é ‘ecologicamente correto’, mas desconsideram a própria dinâmica da natureza e a ação humana sobre esta. Sua produção apresenta evidências de que se propõe a sacralizar o ambiente e, por isso, o ser humano é representado abstratamente como um agente nefasto.

Para Quintas (2000), citado por Loureiro (2003, p. 39),

A educação ambiental envolve a compreensão de que o processo educativo é composto por atividades integradas formais, informais e não-formais, estando fundamentada numa concepção pedagógica norteada pelos seguintes princípios:

- Educação como mediadora de conflitos entre atores sociais que agem no ambiente, usam e se apropriam dos recursos naturais de modo desigual.
- Percepção do problema ambiental como questão mediada pelas dimensões econômicas, políticas, simbólicas e ideológicas, que determinam a sua compreensão cognitiva.
- Entendimento crítico e histórico das relações existentes entre educação, sociedade, trabalho e natureza.
- Desenvolvimento da capacidade de usar saberes para agir em situações concretas do cotidiano de vida.
- Preparação dos sujeitos da ação educativa para se organizar e intervir em processos decisórios nos diferentes espaços de participação existentes no Estado brasileiro.

2.2 O papel da Educação Ambiental como alternativa para minimizar as questões ambientais

O meio ambiente tem sido a grande preocupação de todas as sociedades do nosso planeta nas últimas décadas, seja pelas mudanças provocadas pela ação do homem na natureza, seja pela resposta que a natureza dá a essas ações. O grande número de eventos ocorrendo em todo o mundo visa tornar as comunidades mais sensíveis aos problemas ambientais por meio de seminários, congressos e conferências sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2000).

As populações estão se conscientizando de que os recursos naturais são finitos e que sua não preservação ameaça o futuro das novas gerações. Nos dias atuais, para uma grande parcela da sociedade mundial, tornou-se evidente a noção de que uma quantidade considerável de recursos ambientais é necessária para mantermos funcionando o aparato científico-tecnológico que dá suporte ao estilo de vida da mesma. Diante deste quadro, torna-se necessário e urgente a formação de profissionais que atendam com eficiência à resolução dos problemas ambientais e que evidenciem esforços no sentido de promover o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2000).

Em 1975, ocorreu o Encontro de Belgrado, Iugoslávia, promovido pela UNESCO. Este encontro seguiu a Recomendação 96 da Conferência de Estocolmo que atribuía grande importância estratégica à EA, dentro dos esforços que buscam melhoria de qualidade ambiental. E também se formulou princípios e orientações para o programa de EA mundial (DIAS, 2004).

“O principal tema do encontro de Belgrado foi a premente necessidade de uma nova ética global que proporcionasse a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana”. (DIAS, 2004, p. 64).

Segundo SECAD/MEC (2007, p. 12).

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, acontece em Tbilisi, na Geórgia (ex-União Soviética), a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, cuja organização ocorreu a partir de uma parceria entre a Unesco e o então recente Programa de Meio Ambiente da ONU (Pnuma). Foi deste encontro – firmado pelo Brasil – que saíram as definições, os objetivos, os princípios e as estratégias para a Educação Ambiental que até hoje são adotados em todo o mundo.

Nesses processos de definições de conceitos e de marcos históricos sobre a temática, segundo Thomaz (2006), há outros eventos, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, que, entre outros encaminhamentos, assina o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, e a Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, em 2002, que recomenda o estabelecimento de programas de EA como parte essencial da educação de todos os cidadãos.

No Brasil, há orientações governamentais específicas sobre as questões ambientais, por exemplo, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, na Política Nacional de Educação Ambiental, no Programa Nacional de Educação Ambiental e no Programa Parâmetros em Ação - meio ambiente na escola do MEC (THOMAZ, 2006, p. 21).

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), foi elaborado outro documento internacional de extrema importância que é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global elaborado pela sociedade civil planetária, em 1992, no Fórum Global:

Esse documento estabelece princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, destacando a necessidade de formação de um pensamento crítico, coletivo e solidário, de interdisciplinaridade, de multiplicidade e diversidade. Estabelece ainda uma relação entre as políticas públicas de EA e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais. Enfatiza os processos participativos voltados para a recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida (SECAD/MEC, 2007, p. 12).

Durante a Rio 92 foi concebida e aprovada a Agenda 21, que é um plano de ações para ser adotado global, nacional e localmente, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente (SECAD/MEC, 2007).

Segundo SECAD/MEC (2007, p. 12).

Durante a Rio 92, com a participação do MEC, também foi produzida a Carta Brasileira para Educação Ambiental, que, entre outras coisas, reconheceu ser a Educação Ambiental um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de

sobrevivência do planeta e, conseqüentemente, de melhoria da qualidade de vida humana. A Carta admitia ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, consolidavam um modelo educacional que não respondia às reais necessidades do país.

A EA em seu conceito compreende:

o resultado de uma reorientação e articulação de diversas disciplinas e experiências educativas que facilitam a percepção integrada do meio ambiente, tornando possível uma ação mais racional e capaz de responder às necessidades sociais” (DIAS, 2010, p. 107).

É um processo transformador, que conscientiza e intervêm nos hábitos e atitudes da sociedade como um todo e suas orientações subsidiam o homem para que ele compreenda e utilize corretamente os recursos naturais com o objetivo de satisfazer às suas necessidades (DIAS, 2004), além de conscientizá-lo como parte do meio ambiente, enfatizando as conseqüências de suas atitudes sobre o outro (BAPTISTA, 2012)

A EA deve ser entendida como um processo contínuo e permanente, que desenvolve, nas pessoas, uma reflexão crítica e habilidades imprescindíveis à solução de problemas e ao desempenho predatório do homem sobre o meio ambiente, suprimindo a falta de informações do ser humano sobre como conservar esse ambiente (DIAS, 2004)

Na legislação específica, encontramos a seguinte definição para Educação Ambiental:

Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, art.1º).

A Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições de Educação Básica e de Educação Superior, orientando a implementação do que é determinado pela Constituição Federal e pela

Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental (EA) e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Resolução Nº 2 de 15 de junho de 2012 nas considerações, esclarece a necessidade desse instrumento legal:

O atributo "ambiental" na tradição da Educação Ambiental brasileira e latino-americana não é empregado para especificar um tipo de educação, mas se constitui em elemento estruturante que demarca um campo político de valores e práticas, mobilizando atores sociais comprometidos com a prática político-pedagógica transformadora e emancipatória capaz de promover a ética e a cidadania ambiental;
O reconhecimento do papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental torna-se cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidencia-se na prática social (BRASIL, 2012).

No seu artigo 10, a Resolução nº 2/2012 reza que “as Instituições de Educação Superior devem promover sua gestão e suas ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas pelos princípios e objetivos da Educação Ambiental”. E, no artigo 16 diz que:

A inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior pode ocorrer:
I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental;
II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo;
III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.
Parágrafo único. Outras formas de inserção podem ser admitidas na organização curricular da Educação Superior e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, considerando a natureza dos cursos.

Para Viegas (2002, p.19) citado por Polli e Signorini (2012), a Educação Ambiental tem que se desenvolver dentro da própria escola. Muller (2001) acrescenta que de nada adianta a formulação de normas educativas ambientalistas, se o professor for apenas titulado e não estiver com suficiente preparação para o papel de educador que lhe caberá desempenhar.

Santo (2001) citado por Polli e Signorini (2012) aponta a importância do processo formador do professor/educador para a atuação na escola. Diante disso, Ferraro (2005) sugere a formação permanente e constante dos docentes, isto é, que

tenham como meta aprofundar seu conhecimento em relação às temáticas ambientais, enquanto Muller (2001) destaca a ausência da disciplina de ecologia nos cursos de formação de professores (POLLI E SIGNORINI, 2012).

Não se pode negar a necessidade de profissionais capacitados para formular planos, projetos, programas e políticas que abordem essas exigências a fim de fomentar conhecimentos necessários para trabalhar diversas questões sobre meio ambiente, saúde e educação integrando práticas que sejam próximas da realidade e que atuem dentro das disciplinas interagindo com diversos profissionais, setores, áreas e instituições (PELICIONI; CASTRO; PHILIPPI JR. 2005).

A figura do professor está presente na formação de todas as profissões, por isso se faz pertinente pensar com cautela e responsabilidade na mesma, uma vez que estes são formadores de opinião, as quais serão refletidas em nosso cotidiano e em nosso meio ambiente.

Celestino (2006) julga importante na formação docente a articulação entre a técnica, o conhecimento e a análise crítica, ressalta ainda que estes elementos precisam estar presentes e imbricados para que os professores formem cidadãos autônomos capazes de construir um juízo crítico.

Para Barcelos (2004), “a formação de professores precisa estar cada vez mais atenta às mudanças e transições dos tempos atuais. É preciso estar ligada as transformações políticas, ambientais, sociais e econômicas as quais estamos expostos, pois a vida é dinâmica e com ela todo o conhecimento produzido”.

Portanto, a Educação ambiental (EA) por ser uma dimensão da educação, propõe um ensino, e por consequência uma formação docente, que transmita o conhecimento na sua mais profunda complexidade e dinamismo, libertando-se da fragmentação estática do saber engessado (TRISTÃO, 2004).

2.3 Percepção Ambiental

Percepção é um substantivo aplicado ao ato de perceber, podendo ser um fato, um fenômeno, uma realidade, absorvendo essas ações e entendendo com profundidade e abrangência. Sendo a percepção o primeiro passo no processo de conhecimento em aspectos teóricos ou aplicações práticas (COIMBRA, 2004).

Percepção ambiental, segundo Okamoto (2002), é, em essência, a visão como cada indivíduo percebe o ambiente que o cerca, contexto que o leva, a partir dessa percepção, a interagir (positiva ou negativamente) com o meio a sua volta, influenciando (positiva ou negativamente) as pessoas e o ambiente com o qual reage e interage (direta ou indiretamente), sendo o primeiro passo na direção do comportamento.

Segundo Okamoto (2002), as sensações do ambiente inconscientemente se dão pelos estímulos do meio. Diante de diversos estímulos, a mente seletiva seleciona aspectos de interesse ou que chamem a atenção, assim ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento) que tem como resposta o comportamento.

Okamoto (2002, p. 10) afirma que “as percepções decorrentes das sensações vão além das simples reações aos estímulos externos, pois são acrescidas de outros estímulos internos, que intervêm e conduzem o comportamento”. Tuan (1992) deixa claro que percepção, atitude, cultura são pontos fundamentais para o homem na visão de meio ambiente físico, natural e humanizado.

Tuan (1992, p. 4) enfatiza que a:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueadas. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura.

[...] Atitude é primeiramente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade do que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências [...].

A percepção ambiental necessita de um trabalho estratégico individual das pessoas e de grupos sensibilizando a respeito da realidade ambiental, sendo isso incremento para o exercício de cidadania ambiental (COIMBRA, 2004).

Em seu estudo de Percepção Ambiental Vilhena e Oliveira (2010) citados por Alves (2011, p. 21) destacam que:

A contribuição da Percepção Ambiental para o desenvolvimento da Educação Ambiental a nível local/global enquanto uma política pública capaz de promover a conscientização ecológica que nos permita refletir sobre os problemas ambientais que afetam a qualidade de vida das

peças, possibilita descobrir as causas dos problemas, procurando encontrar soluções alternativas e através dos diversos mecanismos de participação comunitária contribuir para a construção de uma proposta de Educação Ambiental que corresponda aos interesses da comunidade.

Nessa abordagem, a percepção ambiental envolve outras ciências transpassando a antropologia, psicologia, biologia e geografia, objetivando o entendimento de fatores e buscando mecanismos que sensibilizem o indivíduo a perceber e agir com novos comportamentos em relação a natureza. (ALVES, 2011).

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O estudo foi realizado nas Faculdades Integradas de Patos, que foi instituída no ano de 1964, e reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 3722, de 1973. Está localizada na cidade de Patos no estado da Paraíba, sendo esta a primeira escola de ensino superior da cidade fundada por José Gomes Alves, e hoje está sob a presidência de seu filho João Leuson Palmeira Gomes Alves.

As Faculdades Integradas de Patos (FIP), com sede e foro na cidade de Patos-Paraíba, à Rua Horácio Nóbrega, s/n - Bairro Belo Horizonte .CEP 58704000, credenciadas segundo Portaria no. 3676 de 19 de Dezembro de 2002, publicada na seção 1 do DOU sob no.247 de 23 de Dezembro de 2002, representam uma Instituição de Ensino Superior, mantida pela Fundação Francisco Mascarenhas, Pessoa Jurídica de direito privado, com fins lucrativos (MEC/INEP, 2013).

Patos é um município do estado da Paraíba, localizado à margem esquerda do Rio Espinharas. Tem uma altitude de 242 m e clima semiárido e quente. A economia baseia-se na cultura do algodão e do feijão. As principais indústrias são as de calçado, extração de óleos vegetais e beneficiamento de algodão e cereais. Tem grande riqueza mineral, com jazidas de mármore cor-de-rosa e ocorrências de ouro, ferro, calcários e cristal de rocha. Patos liga-se a todo o Nordeste e ao Sul por ferrovia e rodovias. De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano de 2010 sua população era estimada em 100.700 habitantes. Distante 301 km de João Pessoa, sua sede localiza-se no centro do estado com vetores viários interligando-o com toda a Paraíba e viabilizando o acesso aos Estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará. Considerando-se sua importância socioeconômica, Patos é a 3ª cidade-pólo do estado da Paraíba.

As Faculdades Integradas de Patos, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), apresentam como missão institucional: "Educar, produzir e disseminar o saber, contribuindo para formação profissional, pessoal e social necessária ao mundo do trabalho, comprometendo-se com a construção de uma sociedade pluricultural, ética, justa e humanitária". Atualmente, a FIP mantém 17 cursos de graduação contando com os bacharelados e as licenciaturas

(Biomedicina, Direito, Ciências Econômicas, Educação Física, Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Geografia, História, Letras, Nutrição Sistemas de Informação, Jornalismo, Pedagogia, Psicologia, Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social) (PDI, 2012-2016).

Figura1. Vista por satélite das Faculdades Integradas de Patos.



Fonte - Google Maps. Acesso em 05/09/2013.

3.2 Caracterização da amostra

O universo de investigação foi composto por 27 alunos pré-concluintes e 11 professores dos Cursos de Licenciatura mantidos pelas Faculdades Integradas de Patos: Letras, Geografia, História e Pedagogia.

A decisão pelos alunos e professores em foco nesta pesquisa procedeu-se como preferência porque ambos estão vinculados a cursos da área da formação de professores. Justifica-se a escolha dos alunos de cursos de licenciatura, pois são potenciais formadores de professores para atuarem na Educação Básica, de quem se espera uma prática que se coadune com as exigências emanadas das políticas educacionais e ambientais, a exemplo da Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de educação Ambiental, que no artigo 2º reza que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação

nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. Já o artigo 9º explicita que “entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando: I - educação básica ... II – educação superior (BRASIL, 1999).

A opção por investigar os professores decorreu da necessidade de se estabelecer um confronto entre a posição dos alunos e a dos docentes e, dessa forma, estabelecer com certa segurança de que forma a Educação Ambiental está sendo abordada nos respectivos cursos.

3.3 Procedimento da Pesquisa

Os procedimentos metodológicos foram utilizados por meio de levantamento bibliográfico e coleta de dados em campo, junto a alunos pré-concluintes e professores das Faculdades Integradas de Patos - Instituição de Ensino Superior Privada, sediada na cidade de Patos-PB.

3.4 Levantamento Bibliográfico

A fundamentação teórica do presente estudo foi realizada por meio da pesquisa em livros e artigos sobre a temática Educação Ambiental.

3.5 Obtenção dos dados em campo

Os dados coletados foram obtidos através da aplicação de questionários com os alunos (Apêndice 1) e professores (Apêndice 2) dos Cursos de Licenciatura das Faculdades Integradas de Patos.

Optou-se pelos pré-concluintes, por se tratar de alunos que estão prestes a ingressar na docência da educação básica.

O questionário foi aplicado aos alunos de cada curso no mês de maio de 2013. Participaram da pesquisa 27 alunos (Tabela 1) representando os quatro cursos. Aparentemente, o número de alunos é reduzido, porém, faz-se necessário esclarecer que dos quatro cursos estudados, três estão em processo de descredenciamento junto ao Ministério da Educação.

Tabela 1. Distribuição de alunos por curso participantes da entrevista.

	Pedagogia	Letras	Geografia	História
Nº de alunos	10	07	04	06
TOTAL				27

Fonte – Medeiros (2013).

No mesmo contexto, aplicou-se um questionário aos professores dos quatro cursos. Nesse caso, os professores foram questionados sobre a obrigatoriedade de trabalhar e contemplar a educação ambiental no ensino superior, e qual a percepção deles em relação aos alunos como futuros profissionais, contemplando também em que curso e há quanto tempo leciona. Foram entrevistados 11 professores sendo que sete lecionam em apenas um curso e os demais em mais de um curso, e 72,73% deles tem entre 10 e 30 anos de docência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Avaliação da percepção dos alunos

O questionário aplicado aos alunos dos cursos de licenciatura – Geografia, História, Letras e Pedagogia, constava de sete questões, sendo três objetivas e quatro subjetivas.

Ao avaliar a percepção sobre educação ambiental dos alunos, percebe-se que a opinião dividiu-se (Figura 2.) em três percepções na qual se desenvolveu as seguintes categorias a partir das respostas dos alunos entrevistados: *conscientizadora*, quando expressa que se deve cuidar e preservar o meio ambiente, não desmatar as florestas, entre outras; a *conscientizadora incluindo-se* que se coloca como parte do meio ambiente; e, *conteudista* abordando como deve ser trabalhada a educação ambiental.

Reigota (1995) citado por Luiz et. al. (2009, p.6) classificou as representações sociais mais comuns de meio ambiente em:

Naturalista – meio ambiente voltado apenas a natureza, evidencia aspectos naturais, confundindo-se com conceitos ecológicos como de ecossistema. Inclui aspectos físicoquímicos, a fauna e a flora, mas exclui o ser humano deste contexto. O ser humano é um observador externo; *Globalizante* – o meio ambiente é caracterizado como as relações entre a natureza e a sociedade. Engloba aspectos naturais políticos, sociais, econômicos, filosóficos e culturais. O ser humano é compreendido como ser social que vive em comunidade; *Antropocêntrica* – o meio ambiente é reconhecido pelos seus recursos naturais, mas são de utilidade para a sobrevivência do homem.

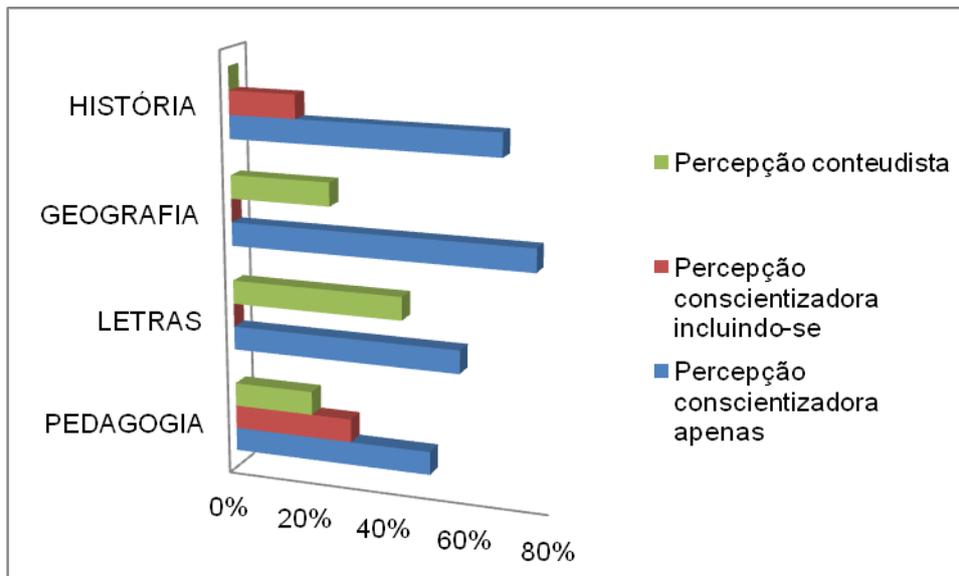
Para esse trabalho dividiu-se em três categorias: *Percepção Conteudista* – aborda questões de como deve-se trabalhar a EA, seja em disciplinas, projetos, ou qualquer trabalho que tenha o conteúdo teórico; a *Percepção Conscientizadora apenas* – relata a preservação da natureza, do meio ambiente, o cuidado com a fauna e flora, com a água e recursos naturais, entre outros, a importância de não poluir, sem incluir o homem como parte do meio ambiente, e por fim a *Percepção Conscientizadora Incluindo-se* – segue a mesma abordagem da anterior, com a inclusão do homem como parte do meio ambiente, mantendo um bem estar social, e

colocando-se como responsável pela orientação do cuidado e importância da natureza e de um meio ambiente equilibrado.

Vale destacar que as definições das abordagens acima usadas, adotadas pelo próprio autor deste trabalho e teve como concepção as respostas coletas a partir dos questionários aplicados, e, de certa forma, influenciada pela classificação adotada por Reigota (1995).

Na primeira questão buscando compreender a definição para Educação Ambiental foram reveladas maneiras distintas de conceituação, pois cada um individualmente apresentou sua definição, enquadrando-se nas categorias apresentadas na Figura 2.

Figura 2. Percepção ambiental dos alunos pré-concluintes em licenciatura das FIP.



Fonte – Medeiros (2013).

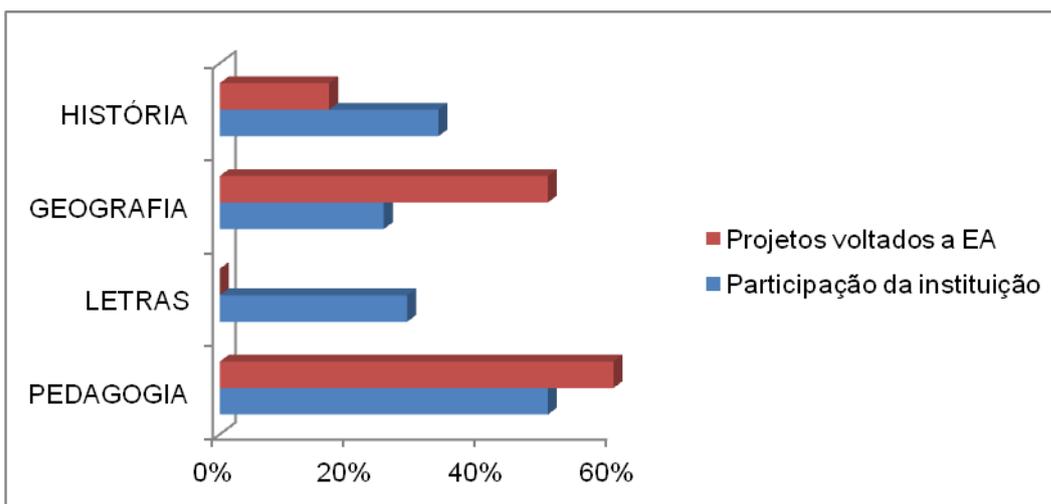
A Figura 2 demonstra que o conceito emitido pelos alunos dos cursos abordados das FIP apresentam percepções da EA como função de conscientização e não de ação. Respostas como: “*Temos que ter consciência que a natureza, ela tem que ser bem cuidada, não poluindo, não desmatando*”; “*É a conscientização dos problemas ambientais em todos os aspectos; em que essa conscientização se expande através da visão humanizadora de ecoeducação*”; “*Conscientizar a preservação do meio ambiente e a vida em geral do planeta*”.

Como se observa, cada aluno percebe a Educação à sua maneira, e, se for consciente, de certa forma esta percepção é de grande relevância para a

conservação ambiental, pois é a partir dela que surgem as propostas para a realização de trabalhos em prol da natureza.

Apontando as percepções que se referem a existência de projetos e a participação da instituição em relação a EA (Figura 3), percebe-se que os alunos, no geral, não apontam participação da instituição na temática de EA correspondendo a 70% dos entrevistados; dentre os cursos avaliados, os de Pedagogia e Geografia se destacam ao identificarem projetos relacionados à área abordada, em sua maioria, em forma de trabalhos em sala de aula ou palestras e em eventos pontuais. De acordo com os dados a participação da instituição (incluindo somente os cursos de licenciatura) em projetos voltados para a abordagem da temática ambiental os dados mostram que é muito pouca.

Figura 3. Identificação de Projetos, e participação da faculdade em EA.



Fonte – Medeiros (2013).

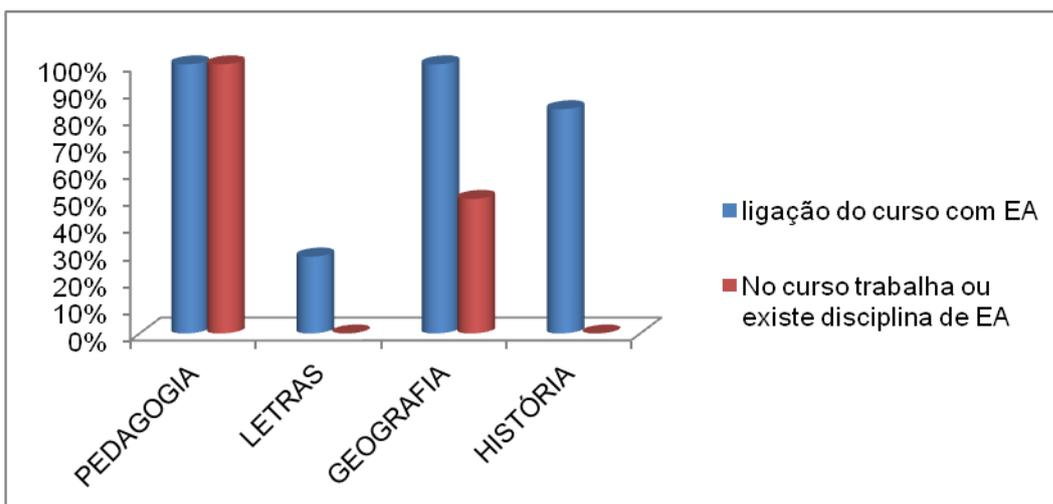
Foi questionado, como a instituição tem trabalhado a Educação Ambiental. Alguns alunos responderam que as estratégias adotadas são palestras, em forma de oficinas, de trabalhos e seminários, de forma teórica. Especificamente no Curso de Pedagogia, a temática em análise é vista na disciplina Ciências Naturais. Vale resaltar que não há unanimidade com relação a adoção de estratégias por parte da instituição.

Em relação a ligação dos cursos com EA, percebe-se que a maioria identificou que há interação com educação ambiental. Uma das respostas que chamou a atenção foi a de um aluno de Pedagogia que comentou: “[...]”

provavelmente o pedagogo é um ser social que está diante de vários acontecimentos que são influentes na educação ambiental”. Por se tratar de educação e da necessidade de uma conscientização na área, os Cursos de Pedagogia e Geografia apontaram que a EA é abordada em disciplinas (Figura 4). No Curso de Geografia houve uma divisão, sendo que 50% reconhecem disciplinas que trabalham e outros 50% que não, estabelecendo-se contradição nas respostas dos alunos.

Mesmo assim, ao responderem se no curso existem disciplinas relacionadas à Educação Ambiental, as respostas foram inconsistentes, porque 44% responderam que existem, 4% não responderam e 52% responderam que não existem disciplinas no Curso.

Figura 4. Respostas dos alunos em relação a existência da disciplina ou se é trabalhada a EA no curso, e a ligação do curso com a temática.



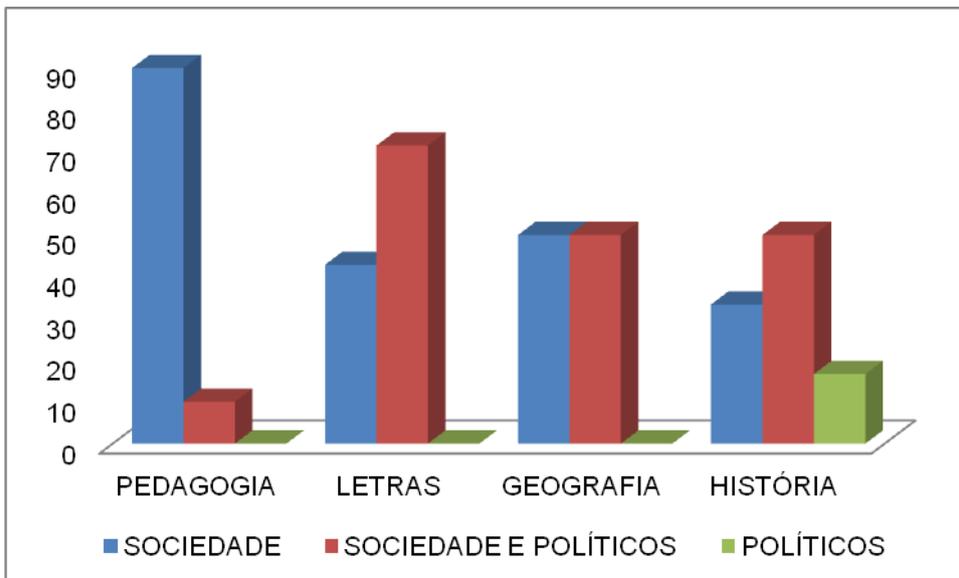
Fonte – Medeiros (2013).

Com base nas respostas dos alunos, percebe-se que a abordagem da EA está ocorrendo de forma disciplinar, contrariando o que determina a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9.795/99) que no inciso II do artigo 7º reza que “como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Corroborando com a PNEA, Carvalho (2010) defende que a abordagem das questões ambientais em escala de ensino superior pressupõe uma continuação das atividades que

devem ser iniciadas no ensino básico, nos bancos escolares, através dos professores de diferentes disciplinas, transversalizando a temática e construindo a base para uma formação de consciência sustentável.

Quando questionados de quem é a responsabilidade dos problemas socioambientais, as respostas foram divididas em três classes de respostas: 1) apenas à sociedade; 2) apenas políticos; e, 3) sociedade e políticos (Figura 5). Nos cursos de Letras e História houve um destaque em sociedade e políticos, já em Pedagogia houve um destaque de mais de 80% para a sociedade, e em Geografia dividiu-se em 50% entre sociedade e sociedade e políticos.

Figura 5. Percepção da responsabilidade de problemas socioambientais pelos alunos dos cursos estudados.



Fonte – Medeiros (2013).

Em consonância com as respostas emitidas pelos alunos, pontua-se a posição de Franca (2006), quando afirma que todos indiretamente são responsáveis pelo surgimento dos problemas ambientais, independente de sua atuação na natureza, bem como pela atenuação dos mesmos.

Apesar de não ser objetivo do presente trabalho, tivemos a oportunidade de analisar a matriz curricular dos quatro cursos investigados e observamos que em nenhuma delas tem a Educação Ambiental como disciplina. Apesar de já podermos antecipar que a EA não está devidamente implantada nos Cursos de Licenciatura

ora estudados, de certa forma, em dois deles (Pedagogia e Geografia), de forma incipiente, está sendo abordada não de forma disciplinar.

Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) enfatizam que como perspectiva educativa, a educação ambiental deve estar presente, permeando todas as relações e atividades escolares, desenvolvendo-se de maneira interdisciplinar, para refletir questões atuais e pensar qual mundo queremos, e, então, por em prática um pensamento ecologista mundial. A Educação Ambiental não deve se destinar como uma nova disciplina do currículo escolar, precisa ser uma aliada do currículo, na busca de um conhecimento integrado que supere a fragmentação tendo em vista o conhecimento.

4.2 Avaliação da percepção dos professores

O instrumento utilizado para coletar dados dos professores foi um questionário composto por sete questões, sendo cinco objetivas e duas abertas. Com relação aos professores entrevistados, 64% são do sexo feminino e 36% do sexo masculino e o tempo de atuação docente varia de 8 a 42 anos. A maioria tem pós-graduação *stricto sensu* na área de educação, distribuídos em 82% possuem título de mestre, 8% de doutor e 8% de especialista.

Inicialmente foi questionado se no curso que leciona contempla Educação Ambiental na matriz curricular. 64% responderam que tem a disciplina, enquanto 36% responderam que não. Observa-se pelas respostas, uma dupla contradição: primeira, enquanto 52% dos alunos responderam que não tem, a maioria dos professores (64%) responderam que tem; a outra contradição reside no fato de ser vista em forma de disciplina.

A Política Nacional de Educação Ambiental recomenda que em todos os níveis educacionais é exigida a interdisciplinaridade devido a complexidade dos fenômenos vitais, pessoais, sociais e naturais e é considerada como importante alternativa ao desenvolvimento profissional científico (BRASIL, 1999).

De acordo com a Recomendação nº 13 da Conferência de Tbilisi, segundo DIAS (2004, p.81): “ as universidades na sua qualidade de centro de pesquisa, de ensino e de pessoal qualificado no país, devem estimular a aplicação de um

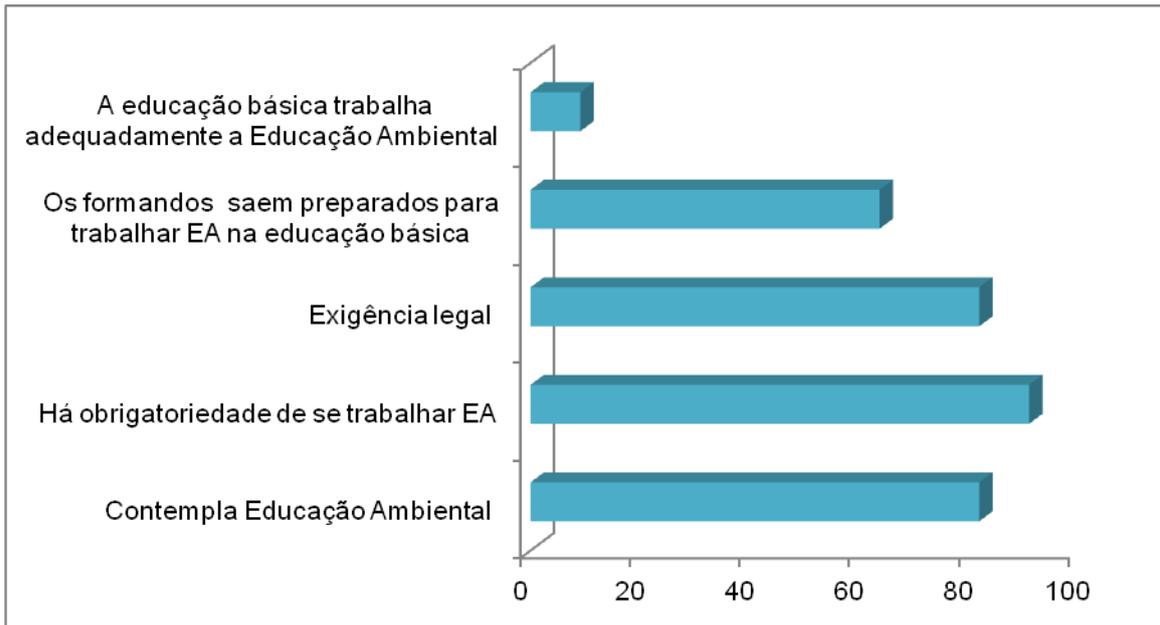
tratamento interdisciplinar ao problema fundamental da correlação entre o homem e a natureza, em qualquer que seja as disciplinas.”

Miranda, Miranda e Ravaglia (2010) enfatizam que a Educação Ambiental na maioria das vezes é desenvolvida nas escolas de forma ainda tímida, algumas atividades são abordadas de forma pontuais sugerindo “à preservação do ambiente”.e que a escola precisa oferecer condições de estudo e aperfeiçoamento, promovendo, entre outras ações, seminários e cursos com especialistas na área. A forma holística pela qual deveria ser tratada a Educação Ambiental fica ausente ou, ainda, sem ser compreendida pela escola e pelos educadores.

Na verdade, a abordagem interdisciplinar defende a superação da fragmentação do saber. A realização conjunta das atividades em diferentes áreas de estudo ou disciplinas e do esforço coletivo do corpo dirigente, do corpo docente e corpo discente associados à família e à comunidade resultará em um trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento da Educação Ambiental na escola (MIRANDA, MIRANDA e RAVAGLIA, 2010)

Avaliação da percepção dos professores quanto aos instrumentos legais, a exemplo da Lei 9.795 de 27 de abril de 1999, e da DCN's (2012), e ainda a respeito da preparação dos futuros profissionais a trabalharem a EA quando estiverem no mercado, bem como é trabalhado atualmente na educação básica essa temática (figura 7.).

Figura 6. Percepção dos professores das FIP quanto a instrumentos legais, e preparação dos formandos e de profissionais a trabalhar EA na educação básica.



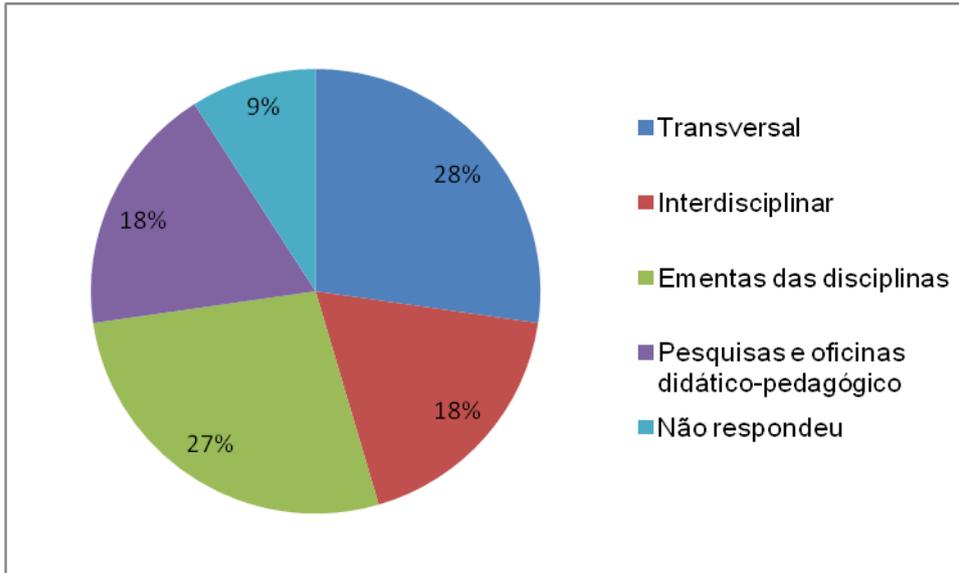
Fonte – Medeiros (2013).

Percebeu-se que 90% dos professores identificaram obrigatoriedade em se trabalhar a EA no ensino superior havendo uma redução de 10% quando se questionado a uma exigência legal para essa temática, mantendo-se quanto a percepção em disciplinas que contemplem a EA, onde os 80% identificaram uma ou mais disciplinas.

Mais de 60% dos professores acreditam que os profissionais da instituição saem preparados em relação a abordagem e a EA na educação básica, mostrando que além de disciplinas o perfil dos alunos e seu interesse na área. Há um decréscimo de 50% quando aborda o trabalho da educação básica em EA, quando os professores reconhecem que há um déficit de formação, consciência e acompanhamento.

Percebe-se que se tratando do modo que é trabalhado a EA nos cursos, os professores relataram em maioria a transversalidade e ementas das disciplinas, outros, em mesma quantidade dividiram-se entre interdisciplinar e pesquisas e oficinas Didático-pedagógico, e apenas 9% não responderam o questionário.

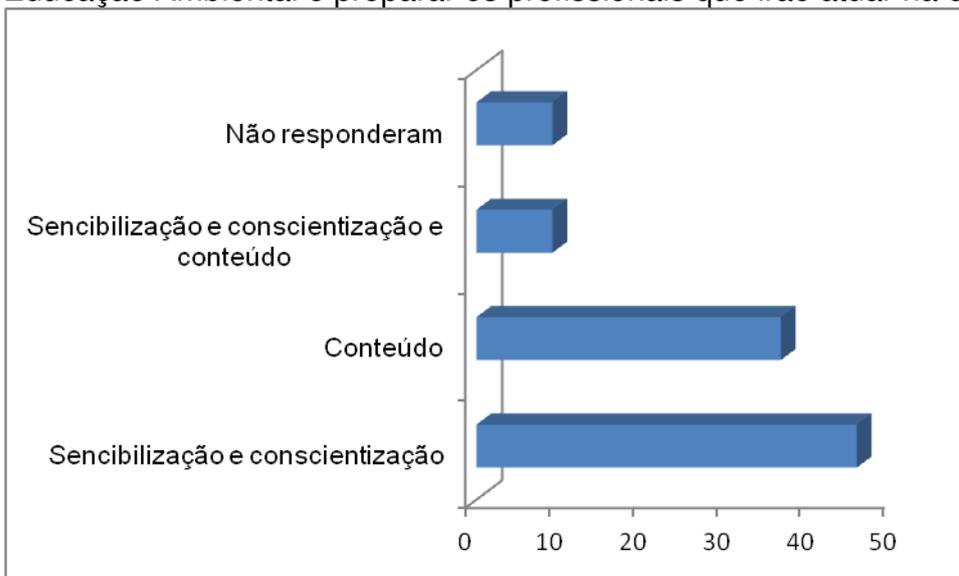
Figura 7. Percepção de como é trabalhado a EA na faculdade.



Fonte – Medeiros (2013).

Na opinião da maioria, os cursos de formação de professores devem trabalhar a EA sensibilizando e conscientizando. Outros apontam o conteúdo como ferramenta para formar professores a trabalharem a EA, seguido por menos de 10% das opiniões que identificam como um processo de sensibilização e conscientização juntos com conteúdos.

Figura 8. Percepção de como os cursos de Licenciaturas devem trabalhar a Educação Ambiental e preparar os profissionais que irão atuar na educação básica



Fonte – Medeiros (2013).

Diante do pressuposto, os resultados obtidos demonstram que as respostas dos professores condizem com a dos alunos quanto a sua percepção ambiental, onde os professores destacam a sensibilização e conscientização, e a percepção ambiental dos alunos estão em maioria voltada a esse contexto.

ALVES (2011) destaca a EA como grande influencia para a construção de professores, mesmo ainda sendo uma área em crescimento e estando evoluindo em diferentes áreas sociais. E ainda diz que para haver uma transformação eloquente tem-se que investigar métodos de construção de informações dos educadores que favoreçam o despertar de percepção ambiental, identificando as chances de novas expectativas pedagógicas para o desempenho da EA, percebendo que sua capacitação está direcionada à composição de indivíduos sensibilizados.

5 CONCLUSÕES

A Educação Ambiental é uma forma de educação que acontece de maneira formal e não-formal, e tem como objetivos principais o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações e a conscientização crítica sobre a problemática ambiental e social.

Nesse sentido, cabe às instituições de ensino promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem, objetivando que os estudantes, atores ecológicos, atinjam um nível esperado de percepção ambiental, para assim, se identificar a verdadeira relação existente entre o homem e a natureza e estimular a percepção crítica dos alunos a fim de compreender o mundo que o envolve na busca de soluções para as problemáticas ambientais.

Nesta pesquisa, realizada em quatro cursos de licenciatura de uma IES particular, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionários aplicados a professores e alunos pré-concluintes, chegou-se às seguintes conclusões:

- Os alunos, em sua maioria, tem uma percepção ambiental conscientizadora voltada para o cuidado com o meio ambiente e problemas ambientais;
- Os cursos de Pedagogia e Geografia identificam projetos voltados a educação ambiental, porem a maioria reconhece a pouca participação da Faculdade, no que concerne a abordagem da temática ambiental;
- Há um reconhecimento por parte da maioria dos professores quanto às exigências legais em seus respectivos cursos, bem como a execução nos mesmos em forma de ementas e transversalizando as disciplinas estudadas;
- Apesar de professores afirmarem que os alunos saem preparados para abordarem a temática ambiental na educação básica, contraditoriamente, a maioria dos alunos aponta fragilidades, nos cursos, com relação a esse tema;
- A questão ambiental, conforme preceitua a legislação vigente, não está implementada em nenhum dos cursos, objeto desta investigação, fato demonstrado tanto pelas respostas dos alunos quanto dos professores.

Em síntese, pode-se concluir que os resultados apontam para um cenário preocupante, pois considerando que os pesquisados – professores e alunos – integram cursos de licenciatura e que os alunos são potenciais profissionais para atuarem na Educação Básica, no que concerne a abordagem das questões ambientais, há uma preparação frágil dos futuros professores.

REFERÊNCIAS

<<http://www.fiponline.com.br>> acessado em 5 de setembro de 2013.

<<https://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>> acessado em 5 de setembro de 2013.

ALVES, Perla de Sousa. **PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO INSTRUMENTO PARA AÇÕES EDUCATIVAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO PICO DO JABRE, PARAÍBA, BRASIL.** 2012. 78p. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) Centro de Saúde e Tecnologia Rural, Universidade Federal de Campina Grande.

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. A educação ambiental para um ambiente equilibrado. In: **Saúde & Amb.** Rev., Duque de Caxias, v.7, n.1, p.01-09, jan-jun 2012.

BARCELOS, V. Educação ambiental e antropofagia – uma contribuição à formação de professores. In: **Revista Brasileira de educação ambiental.** Nº 0. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAABbasAL/revista-brasileira-educacao-ambiental-n-zero>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

BERNA, Vilmar. **Como Fazer Educação Ambiental.** – São Paulo: Pauls, 2001. – (Pedagogia e educação).

BRASIL. **Referenciais Curriculares Nacionais de Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília: Ministério da Educação, 2000.

CARVALHO, Paula Terres. A formação de consciência ambiental a partir das práticas de educação ambiental no ensino superior. In: **Anais do XVI Congresso Nacional dos Geógrafos.** AGB: Porto Alegre-RS, 2010.

CELESTINO, M. R. **A formação de professores e a sociedade moderna.** Dialogia, São Paulo, v. 5, 2006.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **Linguagem e Percepção ambiental.** In **Curso de Gestão Ambiental/** Arlindo Philippi Jr., Marcelo de Andrade Romero, Gilda Collet Bruna, editores – Baroeri, SP: Manole, 2004.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** – São Paulo: Gaia, 2004

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 1 ed. – 4. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2009.

FERRARO J. L. A. **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais.** Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

FRANCA, L. C. **A Formação de educadores ambientais.** São Paulo: Papyrus, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Cidadania e meio ambiente**. – Salvador, BA: Centro de Recursos Ambientais, 2003. Disponível em: <http://guilhardes.files.wordpress.com/2008/08/cidadania_e_meio_ambiente.pdf> acessado em 24 de junho de 2013.

LUIZ, Cintya Fonseca, et. All. **Representação social de meio ambiente e educação ambiental no ensino superior**. In **Seminário internacional “experiência de AGENDA 21: OS DESAFIOS DE NOSSO TEMPO”**. Disponível em: <http://www.eventos.uep.br/seminariointernacional/agenda21parana/trabalho_cientifico/TrabalhoCientifico032.pdf>

MEDEIROS, Monalisa Cristina Silva; RIBEIRO, Maria da Conceição Marcolino; FERREIRA, Catyelle Maria de Arruda. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10267&revista_caderno=5>. Acesso em 3 set 2013.

MIRANDA, Fátima Helena da Fonseca; MIRANDA, José Arlindo; RAVAGLIA, Rosana. Abordagem interdisciplinar em Educação Ambiental. **Revista Práxis**, ano II, n. 4, agosto de 2010. p. 1-6.

MULLER. J. **Educação ambiental: diretrizes para a prática pedagógica**. Porto Alegre: Famurs, 2001

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO. **Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012**. - Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em: <<http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes.pdf>> acessado em 10 de junho de 2013.

OKAMOTO, Jun. **Percepção Ambiental e Comportamento: Visão Holística da Percepção Ambiental e na Arquitetura e na Comunicação**. – São Paulo: Ediora Mackenzie, 2002.

POLLI, Anderson e SIGNORINI, Tiago. A inserção da educação ambiental na prática pedagógica. In: **Ambiente & Educação** V.17/ Nº 2 / 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/viewFile/2595/2169>. Acessado em 08. set. 2013.

PDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional das Faculdades Integradas de Patos** – 2012-2016. Patos – PB, 2013.

PELICIONE, Maria Cecília Focesi, Castro, Mary Lobas, Philippi Jr. Arlindo. **A universidade Formando Especialistas em Educação Ambiental**. In **Educação ambiental e Sustentabilidade**/ Arlindo Philippi Jr., Maria Cecília Focesi Pelicione, , editores – Baroeri, SP: Manole, 2005.

POLLI, Anderson e SIGNORINI, Tiago. A inserção da educação ambiental na prática pedagógica. In: **Ambiente & Educação** V.17/ Nº 2 / 2012. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/viewFile/2595/2169>. Acessado em 08. set. 2013.

BRASIL. Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> acessado em 08 de junho de 2013.

BRASIL. Resolução Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, n. 116, 18 jun, 2012. Disponível em <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?data=18/06/2012&jornal=1&pagina=70&totalArquivos=320>> Acessado em 16 de julho de 2013.

SECAD/MEC. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** – Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao2.pdf>> acessado em 10 de junho de 2013.

THOMAZ , Clélio Estevão. **Educação ambiental na formação inicial de professores.** 2006. 108 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontfícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 2006.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Educação Ambiental: natureza, razão e história.** – 2. ed. rev. – Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes.** São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.

TUAN, Y. F. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

APÊNDICE 1

Questionário aplicado aos alunos pré-concluintes das licenciaturas das FIP.

Curso: _____ Data: ___/___/___

QUESTIONÁRIO

1. O que você entende por educação ambiental?

2. No seu curso tem algum projeto voltado para a Educação Ambiental?
SIM () NÃO ()

3. Em sua opinião o seu curso tem alguma ligação com educação ambiental?
SIM () NÃO ()

Comente:

4. Para você de quem é a responsabilidade dos problemas socioambientais?

5. A universidade tem feito com que seja trabalhada a educação ambiental?
Comente.

6. Em seu curso é trabalhado ou existe disciplinas relacionado a educação ambiental?

APÊNDICE 2

Questionário aplicado aos professores das licenciaturas das FIP.

Formação acadêmica: _____

Sexo: () M () F Há quanto tempo leciona? _____

Curso que licencia: _____

1. O curso que você licencia contempla Educação Ambiental em sua Matriz curricular?

() Sim.

() Não.

Se SIM, qual ou quais disciplinas?

2. Sendo um curso de licenciatura, há obrigatoriedade de se trabalhar Educação Ambiental? () Sim () Não

3. Como é trabalhada a Educação Ambiental em seu curso?

4. Há alguma exigência legal para que os cursos superiores contemplem a Educação Ambiental no seu currículo? () Sim () Não

5. Os formandos do seu curso saem preparados para trabalhar Educação Ambiental na educação básica? () Sim () Não

Comente:

6. Em sua opinião como os cursos de Formação de Professores devem trabalhar a Educação Ambiental e preparar os profissionais que irão atuar na educação básica?

7. A educação básica trabalha adequadamente a Educação Ambiental?

() sim.

() Não.

Comente:
